

RELATÓRIO ATUAÇÃO LEGISLATIVA



AVANÇOS
LEIS FEDERAIS
NOVAS PROPOSIÇÕES

EVENTOS
MONITORAMENTO
PRODUTOS ARI

MARÇO DE 2026
ARI CNA

ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Relações Institucionais

AVANÇOS

Atuação política de resultado

LEIS FEDERAIS

Projetos transformados em Lei

PROPOSIÇÕES

Matérias novas em destaque

ENCONTROS POLÍTICOS

O agro em ação

MONITORAMENTO

Dados do legislativo

PRODUTOS ARI

Comunicação estratégica



NOVAS PRESIDÊNCIAS MARCAM O INÍCIO DO ANO

Em 2026, a Câmara dos Deputados iniciou os trabalhos com as eleições dos novos presidentes de comissões. Essa definição tem impacto direto sobre o funcionamento dos colegiados: definição da pauta, condução dos trabalhos e priorização de matérias. Assim, as presidências influenciam o ritmo de tramitação das proposições, o espaço conferido a determinados temas e a articulação política em torno das agendas em debate.

PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES PERMANENTES

	Comissão	Presidente		Comissão	Presidente
1	CFFC	Dep. ALEXANDRE LINDENMEYER (PT/RS)	16	CSAUDE	Dep. GIOVANI CHERINI (PL/RS)
2	CDHMIR	Dep. ALICE PORTUGAL (PCdoB/BA)	17	CDE	Dep. JADYEL ALENCAR (REP/PI)
3	CCTI	Dep. ÁTILA LIRA (PP/PI)	18	CME	Dep. JOAQUIM PASSARINHO (PL/PA)
4	CE	Dep. BENES LEOCÁDIO (UNIÃO/RN)	19	CPOVOS	Dep. JULIANA CARDOSO (PT/SP)
5	CICS	Dep. BETO RICHA (PSDB/PR)	20	CDU	Dep. KENISTON BRAGA (MDB/PA)
6	CPASF	Dep. BRUNO GANEM (PODE/SP)	21	CCJC	Dep. LEUR LOMANTO JÚNIOR (UNIÃO/BA)
7	CCULT	Dep. CAROL DARTORA (PT/PR)	22	CAPADR	Dep. LUIZ NISHIMORI (PSD/PR)
8	CVT	Dep. CLAUDIO CAJADO (PP/BA)	23	CREDN	Dep. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL/SP)
9	CDC	Dep. CLODOALDO MAGALHÃES (PV/PE)	24	CCOM	Dep. MARIA ROSAS (REP/SP)
10	CMADS	Dep. COBALCHINI (MDB/SC)	25	CTRAB	Dep. MAX LEMOS (PDT/RJ)
11	CSPCCO	Dep. CORONEL MEIRA (PL/PE)	26	CFT	Dep. MERLONG SOLANO (PT/PI)
12	CTUR	Dep. DANIELA REINEHR (PL/SC)	27	CINDRE	Dep. MOSES RODRIGUES (UNIÃO/CE)
13	CASP	Dep. DELEGADA IONE (AVANTE/MG)	28	CPD	Dep. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB/DF)
14	CLP	Dep. DR. FREDERICO (PRD/MG)	29	CESPO	Dep. SAULO PEDROSO (PSD/SP)
15	CMULHER	Dep. ERIKA HILTON (PSOL/SP)	30	CIDOSO	Dep. WELITON PRADO (SD/MG)

MANUTENÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES

Ano passado, em 2025, a presidência do Senado Federal foi assumida pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), eleito com ampla maioria para um mandato até 2027. Na mesma esteira, as comissões permanentes foram instaladas com a eleição de seus presidentes. Para esse ano de 2026, todas as presidências foram mantidas.

PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES PERMANENTES

	Comissão	Presidente
1	CDH	Sen. DAMARES ALVES (REP/DF)
2	CTFC	Sen. DR. HIRAN (PP/RR)
3	CMA	Sen. FABIANO CONTARATO (PT/ES)
4	CCT	Sen. FLÁVIO ARNS (PSB/PR)
5	CSP	Sen. FLÁVIO BOLSONARO (PL/RJ)
6	CEsp	Sen. LEILA BARROS (PDT/DF)
7	CAS	Sen. MARCELO CASTRO (MDB/PI)
8	CI	Sen. MARCOS ROGÉRIO (PL/RO)
9	CRE	Sen. NELSON TRAD (PSD/MS)
10	CCJ	Sen. OTTO ALENCAR (PSD/BA)
11	CDR	Sen. PROFESSORA DORINHA SEABRA (UNIÃO/TO)
12	CAE	Sen. RENAN CALHEIROS (MDB/AL)
13	CE	Sen. TERESA LEITÃO (PT/PE)
14	CRA	Sen. ZEQUINHA MARINHO (PODE/PA)

1

PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 3761/2025 (SF) – SELO VERDE CAFÉ AMAZÔNIA

Autoria: Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal aprovou, na quarta-feira (18), o PL 3761/2025, de autoria do senador Sérgio Petecão (PSD/AC), que institui o Selo Verde Café Amazônia. A proposta visa certificar produtores da Amazônia Legal que adotem práticas sustentáveis, em conformidade com a legislação ambiental e trabalhista. A CNA atuou com sugestões de emenda acatadas pelo relator. A matéria segue para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para deliberação no Plenário do Senado.



PL 3591/2019 (SF) – REDUÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE CALCÁRIO AGRÍCOLA

Autoria: Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal aprovou, no dia 18 de março, proposta que reduz tributos incidentes sobre o calcário para uso agrícola, o PL 3591/2019 apresentado pelo senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). A medida busca incentivar a produção nacional e reduzir a dependência externa de insumos fertilizantes. A CNA atuou para a aprovação da matéria. O texto segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).



PL 2614/2024 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Autoria: Poder Executivo

O Plenário do Senado Federal aprovou o PL 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE). O texto estabelece 19 objetivos e prevê o monitoramento bienal de metas relacionadas à educação infantil, alfabetização, ensinos fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, ensino superior, além da estrutura e funcionamento da educação básica. A matéria segue para sanção presidencial.



PDL 327/2023 (SF) – ORDENS POSSESSÓRIAS

Autoria: Sen. Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O Senado Federal avançou na tramitação do PDL 327/2023, com a apresentação de parecer favorável pelo senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). A proposta susta os efeitos da Resolução nº 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata de ordens judiciais possessórias. A medida insere-se no debate sobre segurança jurídica no meio rural e o equilíbrio entre garantias processuais. A matéria segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 1648/2024 (SF) – APRIMORAMENTO DA COBRANÇA DO ITR

Autoria: Sen. Jayme Campos (UNIÃO/MT)

O Senado Federal avançou na tramitação do PL 1648/2024, com a apresentação de relatório pelo senador Jaime Bagattoli (PL/RO). A proposta trata do aprimoramento dos critérios de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com foco na qualificação das regras tributárias aplicáveis ao setor. A medida insere-se no debate sobre justiça tributária e segurança jurídica no meio rural. A matéria segue para as próximas etapas de deliberação no Senado.



PL 2951/2024 (SF) – MODERNIZAÇÃO DO SEGURO RURAL

Autoria: Sen. Tereza Cristina (PP/MS)

A Câmara dos Deputados aprovou requerimento de urgência para o PL 2951/2024, de iniciativa do deputado Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR), conferindo prioridade à tramitação da matéria no Plenário. A proposta busca aperfeiçoar o marco legal do seguro rural, com a modernização dos instrumentos de gestão de riscos. O texto visa ampliar a proteção do produtor diante de eventos climáticos e oscilações de mercado.



PLP 34/2026 (CD) – INCENTIVOS FISCAIS AO SETOR AGROPECUÁRIO

Autoria: Dep. Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR)

A Câmara dos Deputados recebeu requerimento de urgência para o PLP 34/2026, de iniciativa do deputado Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR), conferindo prioridade à tramitação da matéria. A proposta busca excluir total ou parcialmente o setor agropecuário e agroindustrial da redução linear de 10% sobre incentivos fiscais federais. O texto visa preservar instrumentos considerados essenciais para a neutralidade tributária e a redução de custos ao longo da cadeia produtiva.



PL 4673/2024 (CD) – PROGRAMA DE MELHORIA DE ESTRADAS VICINAIS

Autoria: Dep. Adriano do Baldy (PP/GO)

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados avançou na análise de projeto de lei relatado pelo deputado Neto Carletto (Avante/BA), voltado à melhoria de estradas vicinais. A proposta busca fortalecer a logística agrícola, com previsão de investimentos na recuperação e modernização da infraestrutura rural. A medida visa melhorar o escoamento da produção, integrar comunidades rurais aos centros urbanos e ampliar a eficiência do transporte no setor produtivo.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 1769/2019 (SF) – REGRAS PARA PRODUTOS DERIVADOS DE CACAU

Autoria: Sen. Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (17), o PL 1769/2019, que estabelece critérios para produtos derivados de cacau e valoriza a produção nacional. A proposta fixa percentuais mínimos de cacau, organiza as denominações no mercado e torna obrigatória a informação nos rótulos, conferindo maior transparência ao consumidor. A matéria retorna ao Senado Federal para nova apreciação em razão das modificações.



PL 2805/2025 (CD) – DIA NACIONAL DA MULHER RURAL

Autoria: Dep. Coronel Fernanda (PL/MT)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 2805/2025, de autoria da deputada Coronel Fernanda (PL/MT) e relatado pela deputada Roberta Roma (PL/BA), que institui o Dia Nacional da Mulher Rural, a ser celebrado em 15 de outubro. A proposta reconhece a relevância da atuação feminina na produção de alimentos e no desenvolvimento do meio rural, além de reforçar a importância de políticas de valorização e apoio às mulheres do setor. A matéria segue para análise do Senado Federal.



PL 3591/2019 (SF) – REDUÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE CALCÁRIO AGRÍCOLA

Autoria: Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal aprovou o PL 3591/2019, que reduz a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) sobre o calcário para uso agrícola de 1% para 0,2%. A proposta busca incentivar a produção nacional e ampliar o acesso a insumo essencial para a correção de solos. A medida contribui para a redução de custos ao produtor rural e para a diminuição da dependência externa de fertilizantes, fortalecendo a competitividade do setor.



MP 1341/2026 (CN) – EMENDAS AO REGIME DE DRAWBACK PARA CACAU

Autoria: Poder Executivo

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com apoio dos deputados Capitão Alden (PL/BA), Henderson Pinto (MDB/PA) e Evair Vieira de Melo (PP/ES), apresentou emendas à Medida Provisória nº 1341/2026, que trata do regime de *drawback* para importação de amêndoas de cacau. As propostas buscam ampliar a segurança jurídica, restringir as importações ao período de entressafra, garantir transparência na execução do regime e estabelecer sanções. A iniciativa visa assegurar equilíbrio competitivo e proteção à cadeia produtiva do cacau.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 2427/2020 (CD) – INCENTIVO À MOTORIZAÇÃO ELÉTRICA AGRÍCOLA

Relatoria: Dep. Caroline de Toni (PL/SC)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o relatório da deputada Caroline de Toni (PL/SC) sobre o PL 2427/2020, de autoria do ex-deputado Marcelo Brum (PSL/RS), que institui política de incentivo à motorização elétrica agrícola no país. A medida estabelece diretrizes para ampliar o uso de equipamentos movidos a energia limpa no campo, com foco na inovação e na sustentabilidade da produção. O texto também busca promover a redução de custos no longo prazo e a modernização das atividades agropecuárias.



PL 4812/2025 (SF) – MARCO LEGAL DO TRABALHO RURAL

Autoria: Sen. Margareth Buzetti (PP/MT)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal aprovou, no dia 25, o PL 4812/2025, relatado pelo senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). A proposta institui um novo marco legal para o trabalho rural, substituindo normas vigentes desde 1973 e unificando regras sobre contratos, jornada, segurança e negociação coletiva. O texto busca atualizar a legislação à realidade do campo, ampliando a segurança jurídica e a aplicabilidade das normas. A medida também incentiva a qualificação, a inovação e a sustentabilidade no setor.



PL 4770/2023 (CD) – CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Autoria: Dep. Thiago de Joaldo (PP/SE)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do relator, deputado Delegado Fabio Costa (PP/AL), pela aprovação do PL 4770/2023, na forma do substitutivo da Comissão de Educação. A proposta dispõe sobre a possibilidade de celebração de contratos com consórcios públicos intermunicipais para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A matéria segue para as próximas etapas de tramitação na Câmara dos Deputados.



PL 10556/2018 (SF) – ROTULAGEM DE PRODUTOS E USO DO TERMO “LEITE”

Autoria: Sen. Tereza Cristina (DEM/MS)

O Plenário da Câmara dos Deputados avançou na tramitação do PL 10556/2018, com a apresentação de Parecer Preliminar de Plenário (PRLP nº 2) pelo relator, deputado Rafael Simões (UNIÃO/MG). A proposta dispõe sobre a utilização da palavra “leite” nas embalagens e rótulos de alimentos, estabelecendo critérios para a denominação desses produtos. A matéria segue para deliberação no Plenário.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

REQ 26/2026 CAPADR (CD) – SUBCOMISSÃO SOBRE DIREITO DE PROPRIEDADE

Autoria: Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES) e outros

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou a criação de subcomissão especial destinada a acompanhar, avaliar e fiscalizar ações relacionadas ao exercício do direito de propriedade no Brasil. O requerimento foi apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES) e demais integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A medida visa reforçar a proteção ao direito de propriedade e ampliar a segurança jurídica no meio rural.



PL 2564/2025 (CD) – MEDIDAS CAUTELARES EM EMBARGOS AMBIENTAIS

Autoria: Dep. Lucio Mosquini (MDB/RO)

A Câmara dos Deputados aprovou urgência ao PL 2564/2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares. A proposta estabelece que embargos não poderão ser realizados exclusivamente com base em detecção remota (via satélite) de supressão de vegetação e prevê a notificação prévia do autuado para apresentação de esclarecimentos. O texto define que as medidas cautelares devem ter caráter preventivo, sem antecipar sanções administrativas, sob pena de nulidade do processo.



LEIS FEDERAIS

PROJETOS TRANSFORMADOS EM LEIS

2



Decreto Legislativo 14/2026

ACORDO MERCOSUL

Promulgada em 17 de março de 2026, oriundo do PDL 41/2026, o Decreto aprova o o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seus Estados-Partes, de um lado, e a União Europeia (UE), de outro, assinado em Assunção, Paraguai.



Lei nº 15.346/2026

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

Sancionada em 14 de janeiro de 2026, lastreado no PLN 15/2025, a lei garantiu aportes relevantes de recursos em ações estratégicas voltadas ao produtor rural. Destacam-se os acréscimos orçamentários destinados ao apoio a polos de agricultura irrigada (Ação OOTD), com reforço superior a R\$ 64 milhões, incluindo incrementos expressivos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; à gestão do Cadastro Ambiental Rural – CAR (Ação 21FJ), com acréscimo superior a R\$ 19 milhões; e às ações de Pesquisa e Inovação Agropecuária (Ação 20Y6), com incremento superior a R\$ 100 milhões.

LEIS FEDERAIS

PROJETOS TRANSFORMADOS EM LEIS



Aguardando Sanção

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Foi aprovado, no dia 25 de março de 2026, o PL 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação. A medida fortalece a formação e a qualificação profissional, sendo essencial que as políticas educacionais sejam baseadas em evidências técnicas e alinhadas para ampliar a compreensão do setor agropecuário e enfrentar os desafios do desenvolvimento do país.



Lei nº 15.337/2026

FORTELECIMENTO DA PRODUÇÃO CACAUEIRA

Sancionada no dia 8 de janeiro de 2026, e oriunda do PL 4107/2019 de autoria do senador Angelo Coronel (PSD/BA), a norma modifica a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade (Lei nº 13.710/2018) criando medidas para fortalecer o setor cacaueiro no Brasil, com foco em pesquisa, melhoria da cadeia produtiva e estímulo ao consumo de chocolate, integrando essas ações à política nacional de cacau de qualidade.

LEIS FEDERAIS

PROJETOS TRANSFORMADOS EM LEIS



Lei nº 15.356/2026

EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO PRONAF

A nova lei, sancionada no dia 19 de março de 2026, a partir do PL 2213/2025, autoriza o uso de até R\$ 500 milhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantir financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), reduzindo exigências de garantia e facilitando o acesso ao crédito por agricultores familiares, com potencial de baratear os empréstimos.

MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
ENTRE FEVEREIRO E MARÇO

3

PROTEÇÃO DO SETOR LEITEIRO BRASILEIRO

Foram apresentadas diversas proposições com vistas a proteger a cadeia produtiva do leite. Desde a fiscalização de leite importado, a incentivos fiscais para o setor.

Desde 2023 os produtores brasileiros enfrentam uma disputa de preços com os produtos importados de outros países, que praticam valores significativamente abaixo do praticado nos países de origem.

A CNA atuou em diversas frentes para defender o mercado brasileiro. Nessa esteira, algumas proposições, dentre outras no ano passado, foram apresentadas para fortalecer essa cadeia:

1. **PL 20/2026** - Dep. Sergio Souza (MDB/PR)
2. **PL 311/2026** - Dep. Diego Andrade (PSD/MG)
3. **PL 738/2026** - Dep. Cobalchini (MDB/SC)
4. **PL 913/2026** - Dep. Cobalchini (MDB/SC)
5. **PFC 5/2026** - Dep. Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR) e outros
6. **PL 1321/2026** - Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

NOVAS REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO E QUALIDADE DO MORANGO

Diante da edição da Portaria do Ministério da Agricultura (MAPA) nº 886/2026, foram submetidas ao Congresso Nacional Projetos de Decreto Legislativos com intuito de sustar tal portaria.

O setor agrícola defende que a aplicação das exigências da portaria pode inviabilizar a continuidade da atividade para pequenos produtores, principalmente da agricultura familiar.

Dentre as propostas de sustação, estão:

1. **PDL 68/2026** - Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
2. **PDL 74/2026** - Dep. Pezenti (MDB/SC)
3. **PDL 107/2026** - Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
4. **PDL 139/2026** - Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS)
5. **PDL 153/2026** - Dep. Bia Kicis (PL/DF)
6. **PDL 138/2026** - Dep. Julia Zanatta (PL/SC)

MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

REGIME JURÍDICO COMPLEMENTAR PARA ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS

Apresentado pelo senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS/BA), o PL 1393/2026 institui regime jurídico complementar de estabelecimentos agroindustriais. A proposta busca estabelecer diretrizes específicas para o funcionamento dessas unidades, com o objetivo de conferir maior segurança jurídica e padronização normativa ao setor. O texto define parâmetros para a atuação dos estabelecimentos, visando harmonizar exigências legais e facilitar a regularização das atividades agroindustriais.



ALTERAÇÃO NA LEI DO CRÉDITO RURAL

Apresentado pelo deputado Pezenti (MDB/SC), o PL 523/2026 altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que dispõe sobre o crédito rural. A proposta visa promover ajustes nas regras de concessão e operacionalização do crédito, buscando ampliar a efetividade das políticas de financiamento ao setor agropecuário. O texto pretende aprimorar os instrumentos de apoio à produção rural, com foco na ampliação do acesso e na adequação às demandas atuais do setor.



REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE INSUMOS

Apresentado pelo deputado Henderson Pinto (MDB/PA), o PL 347/2026 dispõe sobre a redução a zero da carga tributária incidente sobre insumos específicos. A proposta busca diminuir os custos de produção, por meio da desoneração tributária, com potencial impacto na competitividade do setor produtivo. A medida visa contribuir para a redução de preços e o fortalecimento das cadeias produtivas relacionadas.



PROTEÇÃO À CADEIA PRODUTIVA

Apresentado pela deputada Geovania de Sá (PSDB/SC), o PL 690/2026 dispõe sobre medidas de proteção à cadeia produtiva. A proposta visa instituir mecanismos de proteção e fortalecimento das atividades econômicas envolvidas, com foco na mitigação de riscos e na garantia da continuidade produtiva. O texto prevê ações voltadas à estabilidade e ao desenvolvimento das cadeias produtivas.



PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DE CRÉDITO RURAL EM EVENTOS CLIMÁTICOS

Apresentado pelo deputado Mauricio do Vôlei (PL/MG), o PL 1194/2026 institui mecanismo automático de prorrogação de operações de crédito rural em caso de ocorrência de eventos climáticos adversos. A proposta busca assegurar maior previsibilidade e proteção financeira aos produtores rurais diante de perdas decorrentes de fatores climáticos. O texto prevê a adoção de medidas que permitam a readequação das obrigações financeiras, garantindo a continuidade da atividade produtiva.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

AMPLIAÇÃO DO USO INSIGNIFICANTE DE RECURSOS HÍDRICOS

Apresentado pelo deputado Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR), o PL 1214/2026 altera a Lei nº 9.433, de 1997, para ampliar a definição de uso insignificante de recursos hídricos na atividade agropecuária. A proposta busca flexibilizar critérios para enquadramento de usos de baixa relevância, com o objetivo de reduzir exigências administrativas e custos regulatórios. A medida visa facilitar o acesso à água para atividades produtivas de menor impacto.



VALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Apresentado pelo deputado Lucio Mosquini (MDB/RO), o PL 1238/2026 altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para prever a validação automática do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A proposta busca conferir maior celeridade ao processo de regularização ambiental das propriedades rurais. O texto estabelece mecanismos para simplificar a análise cadastral, com potencial de reduzir passivos administrativos e ampliar a segurança jurídica.



PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA CACAUCULTURA E DO CHOCOLATE ARTESANAL

Apresentado pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA), o PL 940/2026 institui o Programa Nacional de Desenvolvimento da Cacaucultura e do Chocolate Artesanal (PRONACCART). A proposta estabelece benefícios tributários federais para a cadeia produtiva do cacau, simplifica o licenciamento sanitário e ambiental para agroindústrias do setor e cria o Fundo Nacional de Fomento à Cacaucultura. O texto também altera as Leis nºs 8.218, de 1991, 10.925, de 2004, e 12.865, de 2013, visando estruturar instrumentos de incentivo e fortalecimento da cadeia produtiva.



VEDAÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NO CRÉDITO RURAL

Apresentado pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), o PL 828/2026 altera a Lei nº 4.829, de 1965, o Decreto-Lei nº 167, de 1967, e outras normas correlatas para vedar a utilização da alienação fiduciária como modalidade de garantia nas operações de crédito rural. A proposta busca reforçar a proteção do produtor rural nas relações de financiamento. O texto revoga dispositivos considerados prejudiciais, com o objetivo de equilibrar as condições contratuais e reduzir riscos associados às garantias.



AJUSTES EM INCENTIVOS AO SETOR AGROPECUÁRIO

Apresentado pelo deputado Pedro Lupion (REPUBLICANOS/PR), o PLP 34/2026 altera a Lei Complementar nº 224, de dezembro de 2025, para ajustar os incentivos ao setor agropecuário, com especial atenção ao tratamento diferenciado para insumos agropecuários e benefícios fiscais. A proposta busca aperfeiçoar os mecanismos de estímulo econômico, com foco na adequação às demandas do setor. O texto visa promover maior eficiência na aplicação das políticas de incentivo.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL NA GOVERNANÇA DO ITR

Apresentado pelo deputado Sergio Souza (MDB/PR), o PL 955/2026 altera a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, para assegurar a participação institucional de entidades representativas dos contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A proposta busca incluir essas entidades na regulamentação e na governança dos processos de fiscalização, lançamento e cobrança do tributo. O texto visa ampliar a transparência e o equilíbrio na gestão do imposto.



PRINCÍPIOS PARA ALTERAÇÃO DO IOF E ISENÇÃO DE ATIVOS INCENTIVADOS

Apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), o PL 1406/2026 altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para estabelecer princípios aplicáveis à alteração das alíquotas do IOF. A proposta reforça o caráter regulatório do imposto, protege o financiamento do agro e preserva a segurança jurídica e a competitividade.



VALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Apresentado pelo deputado Sergio Souza (MDB/PR), o PDL 154/2026 susta os efeitos das instruções normativas da Receita Federal, nºs 2.305/2025 e 2.307/2026, no tocante exclusivamente à aplicação da Lei Complementar nº 224/2025 ao Funrural. A citada lei prevê aumento de 10% nas contribuições incidentes sobre a comercialização da produção rural. A sustação busca restabelecer segurança jurídica e previsibilidade regulatória nas atividades impactadas.



DIRETRIZES PARA CRÉDITO RURAL NO SEMIÁRIDO

Apresentado pelo senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS/BA), o PL 1389/2026 estabelece diretrizes para a aplicação de recursos do crédito rural e de instrumentos de gestão de risco no âmbito da política agrícola. A proposta busca orientar o uso mais eficiente desses instrumentos, com foco nas especificidades do semiárido brasileiro. O texto visa fortalecer a política agrícola na região, promovendo maior previsibilidade e adequação das ações de financiamento e mitigação de riscos.



ANISTIA DE EMBARGOS AMBIENTAIS E MARCO TEMPORAL RURAL

Apresentado pelo deputado Lucio Mosquini (MDB/RO), o PL 1131/2026 concede anistia aos embargos e sanções administrativas aplicados em razão de supressão de vegetação nativa ocorrida até 25 de maio de 2012. A proposta altera a Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), e a Lei nº 9.605, de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para estabelecer novo marco temporal para área rural consolidada. O texto também dispõe sobre pousio, validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), termo de compromisso e regras relativas a embargos, com o objetivo de aprimorar a regularização ambiental das propriedades rurais.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

INCENTIVO À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO RURAL

Apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), o PL 75/2026 institui o Programa de Incentivo à Preservação do Patrimônio Histórico Rural. A proposta autoriza a compensação tributária para empresas privadas que adquiram, restaurem e preservem fazendas centenárias. O texto busca incentivar a conservação do patrimônio histórico rural, por meio de mecanismos de estímulo fiscal.



POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À IRRIGAÇÃO

Apresentado pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), o PL 1202/2026 institui a Política Nacional de Incentivo à Irrigação para a agricultura familiar e para pequenos e médios produtores rurais. A proposta busca ampliar o acesso ao crédito para a implantação de sistemas de irrigação, incluindo pivô central, perfuração de poços artesianos e outras infraestruturas hídricas. O texto visa mitigar os efeitos da estiagem e reduzir as perdas produtivas no campo.



SUSTAÇÃO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS NO CRÉDITO RURAL

Apresentado pelo deputado Sergio Souza (MDB/PR), o PDL 169/2026 susta dispositivos das Resoluções nº 5.268, de 18 de dezembro de 2025, e nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional. A proposta busca afastar exigências relacionadas a condicionantes ambientais para a concessão de crédito no âmbito do Manual de Crédito Rural. O texto visa reavaliar critérios aplicáveis às operações de financiamento, com impacto sobre as regras de acesso ao crédito no setor agropecuário.



SUSTAÇÃO DE CONDICIONANTES AMBIENTAIS NO CRÉDITO RURAL

Apresentado pelo deputado Nelson Barbudo (PL/MT), o PDL 161/2026 susta dispositivos das Resoluções nº 5.268, de 18 de dezembro de 2025, e nº 5.193, de 19 de dezembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional. A proposta busca afastar exigências relacionadas a condicionantes ambientais para a concessão de crédito no âmbito do Manual de Crédito Rural. O texto visa reavaliar critérios aplicáveis às operações de financiamento, com impacto sobre as regras de acesso ao crédito no setor agropecuário.



CRITÉRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Apresentado pelo senador Wellington Fagundes (PL/MT), o PL 660/2026 altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para aperfeiçoar os critérios de implantação de projetos de assentamento rural e de destinação de terras públicas federais. A proposta busca incorporar diretrizes relacionadas ao planejamento prévio, à integração logística e à viabilidade produtiva dos assentamentos. O texto considera as limitações legais, ambientais e territoriais aplicáveis, com o objetivo de aprimorar a estruturação das políticas fundiárias.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

CRITÉRIOS PARA REAJUSTE DE EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS

Apresentado pelo senador Cleitinho Azevedo (REPUBLICANOS/MG), o PL 939/2026 altera a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para estabelecer critérios nacionais obrigatórios de reajuste dos emolumentos relativos aos serviços notariais e de registro. A proposta busca padronizar as regras de atualização dos valores cobrados, vedando aumentos desproporcionais. O texto visa conferir maior previsibilidade e transparência na fixação dos custos desses serviços.



INCENTIVO À DEPRECIAÇÃO ACELERADA PARA EMBARCAÇÕES COM BIOCOMBUSTÍVEIS

Apresentado pelo senador Fernando Farias (MDB/AL), o PL 1402/2026 altera a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para conceder quotas adicionais de depreciação acelerada a navios-tanque e embarcações de apoio marítimo que utilizem biodiesel, etanol ou suas misturas como combustível. A proposta busca incentivar o uso de fontes energéticas renováveis no transporte marítimo. O texto visa estimular investimentos no setor, com foco na sustentabilidade e na redução de emissões.



PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NO CAMPO

Apresentado pelo senador Jader Barbalho (MDB/PA), o PL 1452/2026 institui o Programa Nacional de Diversificação e Qualificação Técnica do Campo (ProCampo Tecnológico). A proposta busca ampliar a educação profissional de nível médio nas áreas de manejo, gestão da produção e empreendedorismo rural. O texto visa promover a retenção de jovens no campo, a sucessão familiar e o desenvolvimento sustentável no meio rural.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA SUBSÍDIO AO DIESEL

Apresentada pelo Poder Executivo, a MPV 1344/2026 abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 10 bilhões, para subsidiar a comercialização de óleo diesel rodoviário no Brasil. A proposta busca mitigar os efeitos da volatilidade dos preços do petróleo em decorrência de conflitos geopolíticos.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA DEFESA CIVIL E SEGURANÇA HÍDRICA

Apresentada pelo Poder Executivo, a MPV 1333/2026 abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 250 milhões, para financiamento de ações de proteção e defesa civil e de segurança hídrica. A proposta busca viabilizar o atendimento a populações afetadas por desastres naturais, como tornados e secas, além da implementação de infraestruturas hídricas.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA DEFESA CIVIL E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES CLIMÁTICOS

Apresentada pelo Poder Executivo, a MPV 1347/2026 abre crédito extraordinário para ações de defesa civil e recuperação de áreas afetadas por desastres climáticos no país. A proposta busca viabilizar a reconstrução de infraestruturas públicas, como pontes e estradas, com o objetivo de restabelecer a normalidade nas regiões atingidas. O texto visa fortalecer a capacidade de resposta a eventos extremos e assegurar a retomada das atividades econômicas e sociais.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA APOIO A FAMÍLIAS AFETADAS POR TORNADOS NO PARANÁ

Apresentada pelo Poder Executivo, a MPV 1346/2026 abre crédito extraordinário para ações de reconstrução e apoio a famílias afetadas por tornados no estado do Paraná. A proposta prevê a concessão de crédito para recuperação produtiva, com foco em grupos específicos como mulheres e jovens, beneficiando 251 famílias. O texto visa promover a retomada das atividades econômicas e a recomposição das condições de vida nas áreas impactadas.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA RESPOSTA A EVENTOS CLIMÁTICOS EM MINAS GERAIS

Apresentada pelo Poder Executivo, a MPV 1342/2026 abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1,305 bilhões em favor de diversos ministérios e operações de crédito. A proposta busca atender às demandas decorrentes de eventos climáticos no estado de Minas Gerais, incluindo ações de assistência social, habitação e apoio financeiro. O texto prevê instrumentos de financiamento e fundos garantidores para pessoas e empresas afetadas, além do reforço na capacidade de resposta a emergências e calamidades.



4

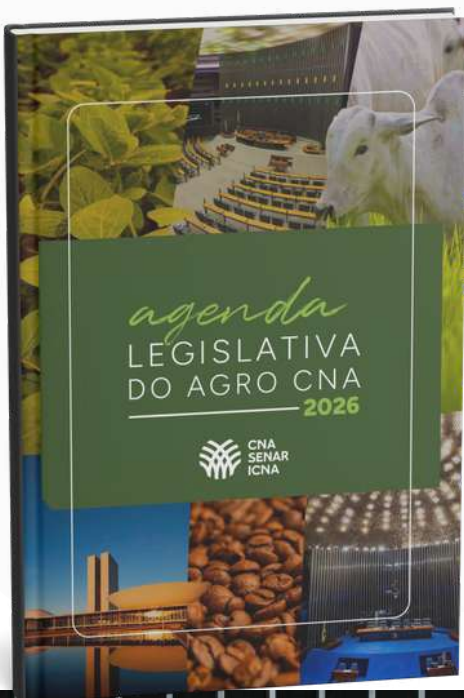
DESTAQUES DA AGENDA

LANÇAMENTO DA AGENDA LEGISLATIVA DO AGRO CNA 2026

A Sessão Solene de lançamento da “Agenda Legislativa do Agro – CNA 2026” foi realizada no Plenário da Câmara dos Deputados. A cerimônia reuniu deputados, senadores, presidentes de Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados, representantes de entidades do agro, lideranças de várias regiões e a diretoria do Sistema CNA/Senar.

Foram apresentados os principais eixos temáticos e propostas prioritárias do setor agropecuário para o ano, reforçando o compromisso da CNA com a construção de soluções legislativas que promovam segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade no campo.

A iniciativa busca orientar a atuação parlamentar e ampliar o diálogo com os tomadores de decisão, consolidando uma agenda propositiva alinhada às demandas do setor.



AGENDA LEGISLATIVA DO AGRO

CNA 2026

11 DE MARÇO



1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM 2026

No dia 11 de março de 2026, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil realizou, em Brasília no formato híbrido, reunião do Núcleo de Relações Institucionais com a participação de representantes das federações estaduais de agricultura e pecuária. O encontro teve como foco a discussão das pautas prioritárias do setor no âmbito do Congresso Nacional.

Durante a reunião, foram apresentados elementos do cenário político atual, com destaque para os desafios associados ao ano eleitoral, bem como análises sobre o ambiente institucional e seus impactos na tramitação de matérias de interesse do agro. Também foram debatidas estratégias de atuação coordenada entre a CNA e as federações para acompanhamento das agendas legislativas.

No âmbito das prioridades institucionais, foi destacada a Agenda Legislativa do Agro 2026, lançada no mesmo dia, que reúne 100 proposições consideradas estratégicas para o setor. O documento orienta a atuação da entidade junto ao Parlamento, com foco na promoção e defesa de temas relevantes para a atividade agropecuária.

O encontro também reforçou o papel da CNA na articulação institucional, com ênfase na produção de conteúdo técnico e no apoio à interlocução com parlamentares, visando criar condições favoráveis ao avanço das pautas prioritárias do agro no Congresso Nacional.

Ao final da reunião, foi apresentado um panorama sobre o calendário eleitoral de 2026, destacando seus possíveis impactos sobre o ritmo das atividades legislativas e sobre a tramitação das proposições de interesse do setor.

21 Federações
Presentes



24 Representantes
Presentes

5

MONITORAMENTO LEGISLATIVO

DADOS ATÉ MARÇO/2026

PAINEL AGROLEGIS

8714

PROPOSIÇÕES MONITORADAS PELA
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

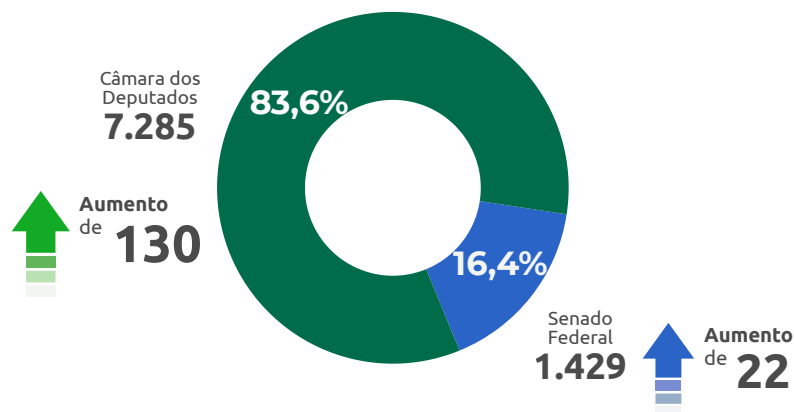
6853

PROJETOS DE LEI, MEDIDAS PROVISÓRIAS,
VETOS E MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

+ 66 PROPOSIÇÕES DE TEMÁTICAS VARIADAS

**Principais
temáticas das
novas proposições
apresentadas entre
janeiro e março**

DISTRIBUIÇÃO POR CASA LEGISLATIVA



DISTRIBUIÇÃO POR IMPACTO

Senado Federal
Grau de Importância*

149 Alto Impacto
138 Médio Impacto
123 Baixo Impacto
942 Aguardando Análise

Câmara dos Deputados
Grau de Importância*

472 Alto Impacto
554 Médio Impacto
601 Baixo Impacto
5.158 Aguardando Análise

*DEMAIS MATÉRIAS FORAM
AVALIADAS COMO SEM INTERESSE

PRODUTOS ARI

RELACIONAMENTO E
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

6

Agenda Legislativa - Destaques da Semana

A **Agenda Legislativa - Destaques da Semana** é um panorama detalhado da tramitação das matérias prioritárias da CNA pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. Enviada semanalmente para parlamentares, assessores, lideranças, consultores legislativos e Federações.



TERÇA-FEIRA (21 DE MARÇO)
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC (114)
Anexo A, Portaria nº 1
AUTORIZAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIRETOR DO RSE, COT
CANDIDATO:
- Daniel, Rui, Carlos do Anacleto - Presidente do Conselho de Administração do RSE do Brasil - 178
- Antonio Fernando dos Santos Neto - Presidente do Conselho de Administração do RSE do Brasil - 179
- Antonio Fernando dos Santos Neto - Presidente do Conselho de Administração do RSE do Brasil - 180
- Valdo Ede - Coordenador Nacional de Recursos Ambientais do Conselho de Administração do RSE do Brasil - 181
QUARTA-FEIRA (22 DE MARÇO)
COMISSÃO DE TRABALHO - CTRAB (116)
Anexo A, Portaria nº 1
ITEM 3 - RSE 10000 - Realização de auditoria social para avaliar o impacto da atividade de trabalho no Brasil sobre as condições de trabalho no Brasil (RSE 10000) - 182
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CDE (118)
Anexo A, Portaria nº 1
ITEM 1 - RSE 10000 - Realização de auditoria social para avaliar o impacto da atividade de trabalho no Brasil sobre as condições de trabalho no Brasil (RSE 10000) - 183
Realização de auditoria social para avaliar o impacto da atividade de trabalho no Brasil sobre as condições de trabalho no Brasil (RSE 10000) - 184

Posicionamento Técnico

O **Posicionamento Técnico** é elaborado pela ARI, com base no posicionamento e avaliação dos técnicos da CNA, e que tem o objetivo de informar e contextualizar os parlamentares a respeito de temas prioritários para o produtor.



Aconteceu em Brasília

O **Aconteceu em Brasília** é produto encaminhado às sextas-feiras por WhatsApp para assessores, parlamentares e Federações. É um resumo dos acontecimentos mais relevantes no Congresso Nacional. O produto é uma maneira sucinta de transmitir ao produtor rural os principais avanços da semana e os parlamentares envolvidos nas ações políticas.





Panorama Político

O **Panorama Político** é um informativo semanal elaborado pela ARI, com o objetivo de apresentar os principais acontecimentos e tendências do cenário político. O conteúdo destaca desdobramentos relevantes nos Poderes Executivo e Legislativo, com foco em temas estratégicos para o setor.

Destaques da Semana - Podcast

O **Destaques da Semana** é elaborado pela ARI, em formato de podcast, com o objetivo de informar sobre as matérias prioritárias do setor pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. O conteúdo é baseado na **Agenda Legislativa – Destaques da Semana** e é enviado semanalmente, com exclusividade, para as Federações.



Cartilhas do Orçamento da União

As **Cartilhas do Orçamento da União** são materiais institucionais explicativos sobre os processos que compõem a construção orçamentária da União, compreendendo os conceitos básicos, divisão, etapas e prazos. Com linguagem acessível, sem perder a tecnicidade, esse material serve como instrumento de apoio àqueles que trabalham diretamente com emendas orçamentárias, bem como os simpatizantes que iniciam nessa área.



Assessoria de Relações Institucionais (ARI)

 (61) 99275 3603
 cna.ri@cna.org.br

 cnabrasil.org.br
 /canaldoprodutor

 /SistemaCNA
 /SistemaCNA

 /SistemaCNA
 /agrofortebrasilforte